



Comunicação Oral

INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NO ENSINO REGULAR

Valéria Cristaldo de Souza SANTOS (UFMS/Aquidauana)¹
Vera Lucia GOMES (UFMS/Aquidauana)²
Rita de Fátima SILVA (UFMS/Ponta Porã)³

RESUMO: Esta pesquisa foi realizada a partir de inquietações sobre os aspectos da inclusão do aluno com transtorno do espectro do autismo - TEA nas escolas estaduais do município de Aquidauana-MS. Teve como objetivo geral analisar a inclusão dos alunos com TEA no ensino regular e objetivos específicos: identificar a formação do professor de apoio da sala regular e do Atendimento Educacional Especializado – AEE de sala de recursos multifuncionais, para atender esse aluno; identificar recursos metodológicos e atendimentos educacionais disponíveis para o aluno com o autismo e apontar as dificuldades encontradas para a inclusão do aluno com TEA, pautada nos princípios de que todas as pessoas tem direito ao acesso, participação e aprendizagem nas escolas públicas. A pesquisa teve abordagem qualitativa, e utilizou como instrumento para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, entrevista e questionários. A coleta de dados foi realizada com três professores de apoio e três professores de sala de recursos multifuncionais das escolas estaduais de Aquidauana/MS, que atendem alunos com TEA. Após análise dos dados, concluímos que esses alunos estão recebendo atendimento educacional por profissionais preocupados com a qualidade da inclusão; os professores envolvidos articulam para buscar melhores estratégias para desenvolver o trabalho; recursos e atividades diferenciadas são realizadas; não encontraram dificuldades em trabalhar com os mesmos que foram bem recebidos pelos outros alunos. Porém, os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais não possuem formação específica para desempenhar sua função com esse público, o que deixa dúvidas quanto a qualidade do AEE. Diante disso, entendemos a importância e necessidade de oferecer ao professor formação adequada para que consiga promover a aprendizagem, adaptação e utilização de todas as formas de atendimento e recursos que são específicos para os alunos com TEA, promovendo assim uma inclusão real e com qualidade.

¹ valeriacista@hotmail.com - Fundação Universidade Federal do MS – Campus de Aquidauana

² vera.lucia@ufms.br - Fundação Universidade Federal do MS – Campus de Aquidauana

³ rita_fatima@hotmail.com - ampus de Ponta Porã

PALAVRAS - CHAVE: Transtorno do Espectro do Autismo; Atendimento Educacional Especializado; Professor de Apoio.

Introdução

A atuação na área da educação especial no ano de 2014, com aluno com transtorno do espectro do autismo – TEA em uma Escola Especial de Aquidauana, despertou várias dúvidas sobre esse transtorno. Foi nessa oportunidade que passamos a nos interessar por esse tema, uma vez que gostaríamos de saber como seria o processo de desenvolvimento de uma criança com TEA nas escolas públicas a partir da política de inclusão.

Por meio de teóricos, pesquisas e discussões, constatamos que a inclusão é uma Política Educacional que tem o dever de garantir o acesso e a participação de todos os educandos dentro da escola, e para aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial - NEE, devem ser disponibilizados recursos e serviços para que sejam incluídos em todas as atividades escolares.

Nessa mesma perspectiva, consideramos que a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva é uma temática que vem a cada dia se fortalecendo nos espaços escolares e em discussões acadêmicas no que tange a legislação e ao AEE oferecido às pessoas com NEE, sendo um direito de todas as pessoas assegurado pela Constituição Federal de 1988 e por outros documentos oficiais da legislação brasileira.

A partir da garantia do direito de todos à educação, surgiu o questionamento: como está acontecendo a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA no ensino regular? Então nos propusemos a realizar a pesquisa que teve como objetivo geral analisar a inclusão dos alunos com TEA no ensino regular no município de Aquidauana/MS e como objetivos específicos: identificar a formação do professor de apoio da sala regular e do Atendimento Educacional Especializado – AEE de sala de recursos multifuncionais, para atender esse aluno; identificar recursos metodológicos e atendimentos educacionais disponíveis para o aluno com o autismo e apontar as dificuldades encontradas para a inclusão do aluno com TEA.

Esta pesquisa segue a abordagem qualitativa e como instrumentos de coletas de dados realizamos pesquisa bibliográfica a partir de referenciais teóricos como Mantoan (2013), Salvi (2017), Beyer (2006), dentre outros. E ainda, fomos a campo para realização de entrevista e questionários com os professores de apoio e do Atendimento Educacional Especializado – AEE das salas de recursos multifuncionais.

Inclusão: um caminho a trilhar

Nas últimas décadas, em todo mundo, o tema inclusão tem sido muito debatido, principalmente no campo da educação. Diante disso, entendemos ser relevante para esta pesquisa, primeiramente, apontar alguns conceitos acerca desse termo.

Dessa maneira, recorremos a Fumegalli (2012) que explica que “incluir” se origina do latim *includere* e significa compreender, abranger, conter em si, envolver, implicar, inserir, intercalar, fazer parte, dentre outros.

No entanto, alerta que essa definição, em momento algum, pressupõe que o sujeito incluído precisa ser igual ou semelhante aos demais aos quais se agregou. Defende que quando se fala em sociedade inclusiva, pensa-se naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais.

A inclusão é o princípio de Política Educacional que tem o dever de garantir o acesso e a participação de todos os educandos dentro da escola, incluindo-o nas atividades escolares.

Para Mantoan (2013), “a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, isto é, é a capacidade do ser humano de entender e reconhecer o outro e, dessa maneira, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. Para Fumegalli (2012),

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo (p.19).

Ainda segundo a autora, “costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro” (ibid, p. 20).

No fim dos anos de 1980 surgiu o movimento de inclusão que desafiou a exclusão, tendo como apoio o princípio de equidade de oportunidades nas normas sociais, assim como nos espaços escolares.

A inclusão é para todos os tipos de pessoas, independentemente de ter ou não deficiência e é na escola que os princípios, valores e a aceitação se cria e se fortalece.

Sob essa perspectiva, Osório (2016), pontua que:

[...] falar de inclusão é traduzir angústias e insatisfações de toda ordem de maior ou menor relevância, conforme o grau de constrangimento imposto por barreiras instituídas pela configuração de diferentes práticas sociais e pela formação cultural dos diferentes segmentos que constroem suas relações, enquanto sujeitos ou objetos de suas próprias histórias. (p. 35)

A autora, explica que a inclusão só pode ser compreendida pela exclusão social, ou seja, no contraponto de uma intencionalidade. A inclusão adotada raramente é exercitada em sua prática social. Salvi (2017), destaca que a meta é assegurar a democratização da educação, independente das particularidades dos educandos. Assim sendo, as ações pedagógicas da escola devem se voltar ao atendimento dessa diversidade, promovendo a intervenção necessária para a democratização da educação.

O movimento da inclusão pauta-se no princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, inclusive nas escolas, significando que os alunos tem o direito de frequentar a escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada e a construção da aprendizagem e o pedagógico deve atingir a todos, no mesmo espaço com as mesmas oportunidades.

De acordo com afirmações de Salvi (2017) a Declaração de Salamanca (1994), reafirmou que o movimento pedagógico deve ser pluralista, não garantindo somente o acesso, mas a permanência do aluno com deficiência em todos os níveis de ensino, considerando sua identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deve considerar essas múltiplas diferenças.

Para isso, é necessário promover adaptações que atendam às necessidades específicas de cada aluno no processo educativo, resultando não somente o acesso e a permanência do aluno mas também sua aprendizagem.

A escola deve oferecer programas educacionais flexíveis, visando a promoção de desafios, de modo a superar as necessidades grupais ou individuais, compreendendo e reorganizando ações educativas que garantam aprendizagem de novos conhecimentos. (SALVI, 2017, p. 15)

Para ela, a educação inclusiva envolve um processo de reestruturação social onde não apenas a escola deva estar preparada para receber essa clientela. É necessário também que a sociedade em geral acredite em novas perspectivas, deixando de olhar pelo ângulo da incapacidade ou limitação e passar a observar o

aspecto das possibilidades e competências, proporcionando alternativas para o desempenho de diferentes habilidades sociais.

O Brasil criou diversas legislações e políticas para difundir a inclusão. São esses documentos que asseguram o Sistema Educacional Inclusivo, e garante o direito à educação, meio de transporte, saúde, serviços de habitação e reabilitação e não somente a socialização.

Ao contrário do movimento de integração que oferece a vaga, mas não promove modificações no ambiente físico e nas práticas pedagógicas, para melhor atender os alunos, a escola inclusiva deve promover todas as adaptações necessárias. No entanto, é preciso respeitar o indivíduo que se pretende educar, para que nossos objetivos educacionais não se transformem em aversões dos profissionais. Segundo Mantoan (2013),

A educação inclusiva tem sido caracterizada com um novo paradigma, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagens e pela proposição de outras práticas, o que exige ruptura com intuito na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino, (p.40).

Vale reforçar que a inclusão nas escolas é um modelo onde devemos receber os alunos em suas diversidades, respeitando-os nas suas possibilidades de aprendizagem e investir na sua potencialidade.

Atendimento Educacional Especializado – complementando ou suplementando a educação.

O Atendimento educacional especializado – AEE destinado aos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, está previsto desde a Constituição Federal (1988) em seu Art. 208, inciso III, como dever do estado.

A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o AEE foi implantado nas escolas públicas por meio de políticas públicas como um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008).

O AEE acontece em espaços denominados Salas de Recursos Multifuncionais, em Centros de Atendimento Educacional Especializado - CAEE ou em instituições

comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, regulamentado pela Deliberação Conselho Estadual de Educação/MS n.º 9367/2010.

Para estruturar e implantar o AEE nas escolas regulares, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, criou em 2008 o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, onde foram distribuídos para os estados, recursos financeiros, matérias pedagógicas e tecnológicos para investimento na acessibilidade e formação dos professores, previstos no Decreto nº 6571/2008, revogado pelo Decreto nº 7611/2011,

O AEE é destinado aos alunos público-alvo da educação especial que são aqueles que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, realizando plano educacional individualizado a partir das necessidades e potencialidades de cada educando.

Um item importante que reflete a inclusão, é a condição da frequência no AEE vinculada a matrícula desses alunos nas escolas regulares, ficando claro no documento a relevância do AEE, organizado em todas as etapas e modalidades da educação básica, como obrigatória nos sistemas de ensino, de forma complementar e não substitutiva ao ensino comum.

Nos remetendo ao Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com informações na página do MEC, no período entre 2005 e 2011, foram destinadas as escolas públicas do MS, 1.596 salas de recursos multifuncionais e kits de atualização. Segundo o Plano Estadual de Educação do MS (2014), a partir de dados coletados no Censo Escolar 2013, “o AEE foi oferecido a 2.931 alunos da rede estadual de ensino e a 2.685 da rede municipal de ensino. Foram atendidos nos CAEES 1.048 alunos das escolas especiais” (MATO GROSSO DO SUL, 2014, p.36).

Considerando que o público-alvo da educação especial optamos por realizar essa pesquisa com os alunos que apresentam Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD, que segundo Filho e Cunha (2010),

O autismo é explicado e descrito como um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano. Esse modelo explicativo permitiu que o autismo não fosse mais classificado como psicose infantil, termo que acarretava um estigma para as famílias e para as próprias crianças com autismo. Além disso, o modelo permite uma compreensão adequada de outras manifestações de transtornos dessas funções do desenvolvimento que, embora apresentem semelhanças, constituem quadros diagnósticos diferentes (p.12).

Assim sendo, trata-se de uma alteração global no desenvolvimento sem causas claramente identificadas. Quanto às suas características mais marcantes, conforme Felício (2007), apresentam falta de criatividade diante dos objetos e ações limitadas. Dentre os sintomas principais a autora destaca, principalmente, o grave déficit cognitivo, bem como a grande dificuldade em expressar suas emoções.

Durante muito tempo a criança com TEA esteve incluída no público-alvo da educação especial ao longo da história, de forma tímida, pegava carona nas outras deficiências (deficiência intelectual, psicoses, condutas típicas), talvez pela insegurança dos profissionais para realizar o diagnóstico ou pelo desconhecimento do transtorno. Segundo o Relatório Estatístico de Saúde Nacional do Ministério da Saúde, em 2014, o número de crianças com TEA era de 1 a cada 68 crianças.

No ano de 2012, para amparar especificamente esse público, foi criada a Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo como destaques a participação da comunidade na formulação das políticas públicas, além da implantação de centros de assistência, acompanhamento psicossocial, atendimento na rede pública de saúde e na área educacional.

Na área da educação, observamos que o aluno com TEA, tem direito a adaptação curricular, acesso a recursos diferenciados, professor de apoio, AEE em sala de recursos multifuncionais, entre outros. Esses professores, de apoio e do AEE, deve ter formação específica que o habilite a desempenhar sua função.

Ainda sobre a formação dos professores Veiga (1997), apenas acolher e promover a interação social da criança com TEA na escola, não é o suficiente. É preciso ensiná-la, comprometendo-se com seu processo de ensino e aprendizagem, que deve ser individualizado, ou seja, o aluno realizará a atividade que já tenha aprendido, conforme seu nível de desenvolvimento.

De acordo com Neto e Moura (2017, p. 17) as ações do professor de apoio tendem às interações necessárias para a aprendizagem dos conteúdos culturais. Assim, é preciso que esse professor esteja em constante investimento em possibilidades que possam ser desenvolvidas de maneira autônoma pelos alunos. É fundamental que se realize um trabalho que esteja, de fato, comprometido em alcançar resultados positivos na inclusão do aluno com TEA. Devem ainda, refletir sobre suas ações, prever os acontecimentos, estruturar o uso do tempo, do espaço, dos materiais e da realização das atividades para melhor atender o aluno.

É relevante que o professor regente trabalhe em consonância com o professor de apoio e o professor do AEE, para que a aprendizagem do aluno seja concretizada de forma satisfatória. Assim, o professor de apoio é quem legitimará o que foi organizado e planejado pelo regente, então é importante que este profissional:

tenha conhecimento prévio e domínio dos conteúdos e temas a serem trabalhados pelo professor da classe comum; esteja ciente dos temas e conteúdo que serão trabalhados pelo professor regente pode tornar-se uma ferramenta importante para o professor de apoio, desta maneira a preparação prévia de como trazer estes conhecimentos ao aluno, pode ser um facilitador para a compreensão dos assuntos tratados na sala de aula (BEYER, 2006, p. 74).

Dessa maneira, o professor de apoio não deve preparar sozinho suas ações. Ao contrário, trata-se de um trabalho em equipe, que objetiva, em primeiro lugar, o processo de ensino e aprendizagem, adaptação e interação do aluno com TEA.

Apesar da inclusão desses alunos em classes regulares estar garantido por lei, o professor poderá encontrar dificuldades para inseri-lo em sala de aula, necessitando da implantação de rotinas, preparo dos demais alunos, conhecimento para uso dos recursos disponíveis e didática que favoreça suas especificidades. Dessa forma, se o professor não tiver conhecimento e formação específica não conseguirá desenvolver um bom trabalho.

Os caminhos trilhados da pesquisa

Sabemos que a escola é um espaço democrático, de direito de todos com a função de formar cidadãos para que tenham autonomia e independência. Daí surge o compromisso de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos. Quando falamos em todos devemos considerar que cada um apresentará características, histórias de vida e necessidades individuais. Tratando-se do aluno com TEA o olhar deverá ser mais detalhado e os recursos mais diversificados e direcionados com um professor com formação adequada.

Diante disso, questionamos se as escolas estão atendendo as necessidades específicas dos alunos com TEA, se estão preparadas para atendê-los. Em busca de respostas para esses questionamentos optamos por pesquisar o atendimento oferecido pelos professores de apoio, bem como pelos professores das salas de recursos multifuncionais das escolas estaduais, no município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul. Segundo a Secretaria de Estado de Educação, as escolas

estaduais contam com a matrícula de 116 alunos com TEA, sendo que no município pesquisado temos 05 alunos, entretanto somente 3 recebem atendimento do professor de apoio.

A partir dessa realidade, verificamos a necessidade de conhecer melhor a inclusão do aluno com TEA, sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como acontece a inclusão dos alunos autistas nas salas de ensino regular, se as escolas estaduais de Aquidauana estão preparadas para receber esses alunos, proporcionando-lhes independência e aprendizagem significativa. Já os objetivos específicos foram identificar a formação do professor de apoio da sala regular e do Atendimento Educacional Especializado – AEE de sala de recursos multifuncionais, para atender esse aluno; identificar recursos metodológicos e atendimentos educacionais disponíveis para o aluno com o autismo e apontar as dificuldades encontradas para a inclusão do aluno com TEA

A pesquisa seguiu abordagem qualitativa, e como procedimento de coletas de dados utilizamos pesquisa bibliográfica e entrevista com questionário semiestruturados. O primeiro passo em busca dos dados aconteceu a partir da entrevista com a técnica especializada em educação especial, do Núcleo de Educação Especial – NUESP, responsável pelo atendimento às escolas estaduais do município, para identificar quantos alunos com TEA com o atendimento do professor de apoio, estavam matriculados nas escolas estaduais e em quais escolas.

Convém ressaltar que o NUESP é um núcleo vinculado a Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial/Secretaria de Estado de Educação do MS, existente desde 1997, com outras nomenclaturas e funções, e que atualmente a Resolução que determina suas atribuições é a Resolução CEE/SED n. 2.506, de 28 de dezembro de 2011.

Identificamos que das nove escolas estaduais constantes no município, apenas 4 (quatro) possuem alunos com TEA e 3 (três) recebem atendimento do professor de apoio. Nessas três escolas foram entrevistados dois professores de cada uma, sendo um de apoio da sala de aula do ensino regular e outro da sala de recursos multifuncionais que atendiam esses alunos. Os professores pesquisados foram identificados como: PA (professor de apoio da sala regular) e PSR (professor de sala de recursos multifuncionais). As escolas foram identificadas como: A, B e C. Esclarecemos que na escola C foram entrevistados 3 (três) professores, visto que o aluno B frequenta a sala de recursos multifuncionais dessa escola.

Com o intuito de atender o objetivo de identificar se os professores que atuam com o aluno com TEA possuem formação adequada para desempenhar sua função, observamos que os professores entrevistados, apenas a professora PSR2, dos seis, não possui especialização em educação especial, apenas participou de cursos na área, e que nenhuma tem curso específico em TEA.

No entanto, pela sua falar, percebemos sua preocupação em estar sempre procurando meios de suprir essa falta de formação, pois explica que participa de cursos diversos na área:

“Não tenho formação específica em Autismo, mas tenho formação para atender o Autista. Sou graduada em Pedagogia Licenciatura Plena, Pós – Graduada em Psicopedagogia e Educação Especial “Atendimento Educacional Especializado”- AEE. Participei de alguns cursos de Formação Continuada, como exemplo, o curso de Formação de Professores em Tecnologia da Informação e Comunicação Acessíveis, em que foi publicado o Artigo Tecnologia Assistiva Comunicação Alternativa, uma Cella de Braille, recurso adaptado atendendo a especificidade da estudante”. (PSR2)

Ao questionarmos os professores de apoio sobre o tempo de serviço na área, percebemos um período entre 5 e 15 anos de experiência.

Sabemos que incluir é proporcionar a participação em todas as atividades, fazer com que o aluno se sinta parte do ambiente e interaja com os outros em todos os momentos. Diante disso questionamos como acontece o acolhimento dessa criança com TEA na escola. Ficou evidente que os educadores compreendem que as crianças sem deficiências devem ser preparadas para receber o colega com TEA, e também a necessidade de realizar orientação ao professor do ensino regular.

Consideramos relevante o fato dos professores destacarem a importância da inclusão e que o restante dos alunos respeitam e até auxiliam no processo de inclusão dos colegas autistas, pois a inclusão deve ser efetivada de forma a envolver toda a comunidade escolar, bem como a sociedade como um todo.

Em seguida, perguntamos como se dá o relacionamento entre os colegas, se há preconceito e discriminação com a criança com TEA. Todos os entrevistados disseram que o relacionamento de todos é bom, não havendo nenhum tipo de discriminação entre eles.

Nessa questão, observamos que os profissionais procuram tratar seus alunos com igualdade, o que é uma forma de inclusão, favorecendo a adaptação do autista e sua aceitação pelo restante da turma.

Percebemos pelos relatos que o aluno com TEA não encontrou nenhuma barreira na convivência com os demais alunos. Sabemos que o preconceito quando não trabalhado causa prejuízo imenso na vida da pessoa com deficiência. Normalmente as crianças não apresentam resistência ao convívio com a pessoa com deficiência, mas é preciso esclarecer as características desse aluno para não ser alvo de curiosidade constante.

Quando perguntados se o professor regente alterou sua prática pedagógica para atender o aluno com autismo, todos enfatizaram que sim, pois os regentes se utilizam de recursos midiáticos e *“A professora regente precisou mudar a sua rotina em relação a organização das atividades, pois precisa passar tudo com antecedência para as devidas adaptações”*. (PA3).

Também foram unânimes ao responder que os professores utilizam recursos diferenciados para atender o aluno autista, mas não especificaram quais são. Além disso, ressaltaram que os alunos com TEA são atendidos na sala de recursos multifuncionais, recebendo a orientação e apoio de um professor especializado na área da educação inclusiva.

Os professores de apoio também destacaram que a escola está envolvida com a inclusão dos autistas. *“A escola está sempre preocupada em oferecer subsídios e materiais pedagógicos que venham atender as necessidades do aluno”*. (PA 2).

Percebe-se que a escola que tem sucesso no desenvolvimento dos alunos que apresentam alguma necessidade especial é aquela que envolve todos no processo educativo, pois a inclusão exige mudanças e não se dá somente em sala de aula, mas sim em todo o espaço escolar.

Quando perguntados sobre as dificuldades enfrentadas por alunos com autismo, PA2 disse que não há nenhum empecilho e que:

Um autista pode ser perfeitamente alfabetizado. Porém, especialistas e educadores devem ficar atentos ao seu comprometimento. Para alfabetizar um autista, é preciso elaborar um programa educacional específico para cada caso, levando em consideração potencialidades e limites”.

Nessa mesma questão, ao ser indagado sobre essas possíveis dificuldades, nenhum professor demonstrou dificuldades, salientando a necessidade de atualização constante na formação profissional.

Ainda buscando analisar como é o atendimento especializado às crianças com autismo, entrevistamos os professores do AEE das salas de recursos multifuncionais. Quanto a formação específica para trabalhar com alunos com TEA, como já dito anteriormente, nenhum deles possui formação específica. Apenas disseram possuir cursos na área da educação inclusiva, mas nada voltada ao autismo, especificamente.

No AEE são desenvolvidas atividades para trabalhar a rotina, raciocínio lógico, coordenação motora, leitura, linguagem, percepção auditiva, expressão facial relacionada aos sentimentos, autonomia, utilizando computadores, jogos, livros, entre outros. O AEE acontece duas vezes por semana no período de duas horas, individualmente.

Sabemos que é necessário trabalhar com o aluno sua rotina diária, com objetos reais, sua identidade e da família, socialização e oralidade, buscar formas para minimizar sua fixação por objetos específicos, entre outros. Outras alternativas são o Programa de Treinamento ABA⁴ ou TEACCH⁵, e em nenhum momento foi relatado esses tópicos nas entrevistas, talvez por não terem formação específica para o atendimento.

Os planejamentos são feitos a partir do plano de atendimento educacional especializado, bimestralmente, com os conteúdos e o registro do desempenho do aluno em fichas e relatórios.

No tocante ao uso de recursos específicos, todos os professores disseram que utilizam conforme a necessidade do aluno, levando em consideração suas singularidades e peculiaridades. Os jogos pedagógicos também são confeccionados de acordo com a necessidade, pois todas as atividades são adaptadas para atender o estudante com TEA.

Todos os professores relataram não encontrar dificuldades no atendimento ao aluno e sim desafios, principalmente sobre o envolvimento da família para complementar o trabalho desenvolvido.

⁴ Análise do Comportamento Aplicada - ABA - é uma metodologia de ensino para crianças com autismo. Lear K. (s.d.) disponível em <http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Autismo-ajude-nos-a-aprender.pdf>

⁵ TEACCH - Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios Correlatos da Comunicação – programa individualizado que se baseia na organização do ambiente físico através de rotinas. Mello, A. M. S. R. (2007) disponível em: <http://www.ama.org.br/site/images/home/Downloads/guiapratico.pdf>

Diante das respostas dos entrevistados, sendo professores de apoio ou das salas de recursos multifuncionais, observamos que o atendimento especializado aos alunos com TEA vem sendo realizado, só deixou dúvidas se esse atendimento está a contento, pois não possuem formação específica na área, ficando uma interrogação se poderiam conseguir resultados melhores se tivessem mais conhecimento.

É importante pontuar que a forma como os profissionais olham esse aluno, como o ambiente e a prática pedagógica são adaptadas e os recursos oferecidos farão toda diferença nos resultados.

Outro resultado importante foi que, conforme todos os entrevistados, os demais alunos não possuem nenhum tipo de preconceito e discriminação com os autistas, pelo contrário, brigam para ajudá-los.

Sabemos que os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo estão sendo recebidos nas escolas públicas. Sua matrícula já não pode ser negada. As escolas estão sendo forçadas a buscar as adaptações necessárias para atendê-los nas suas especificidades, mudando práticas pedagógicas, organização do espaço e o projeto político pedagógico. Os alunos com TEA tem direito ao professor de apoio e ao atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais, bem como a disponibilidade de recursos e atividades a partir de sua necessidade para que tenha acesso ao ambiente escolar de forma total para desencadear processos de aprendizagem.

O AEE na sala de recursos multifuncionais potencializará o desenvolvimento desse aluno, com materiais enriquecedores e atividades diferenciadas das salas de aula. Essa pesquisa optou por pesquisar como está acontecendo a inclusão do aluno com TEA na rede estadual de ensino de Aquidauana - MS, diante do número crescente do acesso dos mesmos a educação básica e a necessidade de discussões sobre essa temática.

Concluimos que, como previsto pelas leis, após muitas lutas e discussões, os alunos com deficiências estão incluídos nas escolas públicas, inclusive os com TEA. Percebemos que os profissionais envolvidos estão preocupados em oferecer um atendimento de qualidade, usando recursos para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos, entretanto resta-nos a dúvida se a falta de formação específica dos professores não prejudica esse atendimento, mesmo dizendo que não encontraram dificuldades na prática pedagógica, ficando essa dúvida como assunto para novas pesquisas. A parte mais gratificante foi constatar que não existe

preconceito ou discriminação na convivência com os alunos com TEA, sinalizando que a inclusão é algo possível de ser realizada nos espaços escolares, bem como na sociedade como um todo.

Além disso, foi possível observar a atuação de profissionais que estão, diariamente, trabalhando com a educação inclusiva, que não é tarefa fácil porém é possível, entretanto é preciso buscar formação específica para realizar o atendimento.

Desse modo, entendemos que este trabalho foi de grande relevância para nossa formação profissional, uma vez que foi possível acompanhar bem de perto a realidade da educação especial no município de Aquidauana.

Finalmente, concluímos conscientes que há muito o que se fazer em buscas de soluções aos problemas elencados na pesquisa, em especial na qualidade do atendimento educacional destinado as pessoas com deficiências. Esperamos contribuir, de forma significativa, com futuras investigações e novas inquietações que certamente surgirão, sobre a temática aqui discutida.

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília. Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, 2010.

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Editora Mediação, 87 p. 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. BRASIL. Ministério da Educação. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm Acessado em: 10 fev 2017

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em: 5 mar 2017.

_____, Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/htm. Acesso em 01 abril 2016.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 4, de 02 de outubro de 2009.

Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 01 abril 2016.

_____. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012.

_____. Decreto 7611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 01 abril 2016.

FELÍCIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar**. 2007.

FUMEGALLI, R. C. A. **Inclusão escolar: O Desafio de uma Educação para Todos?** 2012. Disponível em bibliodigital.unijui.edu.br. Acessado em janeiro/2017

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna. 2013.

MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CEE/MS Nº 9367**, de 27 de setembro de 2010.

_____. **Resolução SED/MS n. 2.506**, de 28 de dezembro de 2011, Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/33390860/doems-29-12-2011-pg-17>. Acesso em 12 mar. 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul-PEE-MS**. Campo Grande/ SED, 2014-2024. p. 118. Acesso em: <<http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/67/2015/05/pee-ms-2014.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

NETO, E. A.P; MOURA, S. M. **Papel do professor de apoio permanente para alunos com necessidades educativas especiais: reflexões sobre as políticas públicas e suas ações educativas nas salas de ensino regular**. Disponível em <http://www.uel.br>. Acessado em: 6 jun. 2017.

OSÓRIO, R. R. P. **O papel do auxiliar pedagógico especializado na inclusão do autista**. 2016.

SALVI, I. **A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional**. Disponível em <http://www.posuniasselvi.com.br> <http://www.posuniasselvi.com.br>. Acessado em: 11 jan 2017.

VEIGA, I.P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: (Org). **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. 3 ed. Campinas. Papirus. 1997.